
Línguas indígenas no Brasil contemporâneo

Ruth Maria Fonini Montserrat

Virou lugar comum se dizer que hoje no Brasil são faladas mais ou menos 170 línguas por mais ou menos 200 povos que formam uma população indígena minoritária de mais ou menos 250 mil pessoas.

Cifras corretas? Mais ou menos. Obter cálculos mais exatos sobre a população total, embora sempre provisórios, é coisa relativamente fácil de se fazer. Não ocorre o mesmo com as duas primeiras variáveis: é complexo e polêmico decidir se as expressões lingüísticas utilizadas por duas comunidades humanas geograficamente separadas integram duas línguas diferentes, de dois povos idem, ou dois dialetos de uma mesma língua e, portanto (?), de um mesmo povo.

Para que isso possa ser feito de forma mais segura, é necessário árduo trabalho prévio de levantamento, registro e análise das manifestações lingüísticas das distintas comunidades indígenas, ora presentes em território brasileiro.

É imprescindível também o concurso de outras fontes de informação sobre tais populações, oriundas da antropologia, da geografia, do estudo das migrações, da história, etc.

É fundamental, enfim, que haja gente interessada em fazer isso, com recursos suficientes para fazê-lo, o que implica a existência de centros de pesquisa e de uma política institucional de valorização das características multi-étnicas e multi-culturais do país. De qualquer forma, "o conhecimento que pouco a pouco vamos tendo das línguas indígenas e de suas características resulta da contribuição de muita gente. Lingüistas, antropólogos, naturalistas, missionários têm contribuído para esse conhecimento, e sobretudo índios que falam as diversas línguas, os quais têm sido os colaboradores essenciais de todos os lingüistas e antropólogos e de quem quer que, bem ou mal, faça as vezes do lingüista"

(Rodrigues, 1986, p. 10).

Se um maior conhecimento científico sobre as línguas indígenas no Brasil é indispensável para se poder dizer quantas e quais são elas e quantos e quais são os povos que as falam, seu valor não se esgota com tal "utilidade", e muito menos seu significado. Em primeiro lugar, há uma atração irresistível da espécie humana em direção ao conhecimento e à criação de sistemas simbólicos e teorias explicativas para tudo quanto esteja à sua volta, no espaço e no tempo. E depois, porque o conhecimento cada vez maior do presente, em todas suas manifestações, permite fazer inferências sobre o passado e planejar ações visando melhorar a vida e tornar mais felizes as pessoas que habitam o atual "presente".

O que se pode aprender sobre o passado e o presente do território brasileiro e de suas populações por meio de um maior conhecimento das línguas indígenas atualmente existentes? Nas palavras de Urban (1992: 87-90), "podemos formular hipóteses sobre a localização dos povos indígenas em diversos momentos do passado ... Podemos testar modelos de seqüenciamento cultural histórico que situam a linguagem e a comunicação em relação às forças materiais, econômicas e políticas ... Os métodos lingüísticos também nos fornecem alguns dados quanto à distribuição espacial. Situando-se as línguas historicamente relacionadas num mapa, pode-se desenvolver hipóteses quanto à localização das línguas no passado remoto e às migrações que levaram à sua atual distribuição ... O método comparativo permite reconstruir muitas das palavras que faziam parte do vocabulário de línguas faladas há 2 mil anos, ou até antes ... Com trabalho suficiente, poderíamos reconstruir as palavras para plantas e animais, o que nos permitiria saber algo sobre o meio ambiente em

que a protolíngua floresceu. Poderíamos reconstruir aspectos do parentesco, organização social e vida política, como foi feito em relação às línguas indo-européias”.

Dispondo-se, então, de dados suficientes e confiáveis sobre as línguas atuais, e aplicando-se técnicas lingüísticas adequadas de descrição, comparação e reconstrução, pode-se estabelecer com relativa segurança se há ou houve relações históricas, e de que natureza, entre os povos que as utilizam. Diz-se, de línguas estabelecidas como tendo origem comum numa comunidade humana única, que elas são geneticamente relacionadas, ou simplesmente parentes. Fala-se de línguas-mães e de línguas-filhas, de famílias, de troncos e de filios, com recuo cada vez maior no tempo

Os falantes das línguas do tronco Macro-Jê estão concentrados principalmente na parte oriental e central do planalto brasileiro. Mulher Xerente falante de uma língua da família Akwén. Foto Cristina Ávila/CIMI.



para a fase comum. Há limites nesse recuo temporal, no entanto, uma vez que línguas são realidades dinâmicas, em constante mutação, e os elementos necessários para se estabelecer uma origem comum vão-se tornando cada vez mais opacos e impermeáveis à análise, à medida que elas vão se afastando no tempo.

Quando se dispõe de documentação escrita sobre alguma língua, crescem as possibilidades de se estabelecer relações entre ela e outras línguas atuais. A situação mais favorável é aquela em que não só se dispõe de documentação histórica sobre línguas que se revelam parentes como se dispõe de seus “descendentes” contemporâneos. A mais desfavorável, ao contrário, é aquela em que não há documentação escrita para épocas mais recuadas. É o caso das línguas indígenas brasileiras. Somente sobre três línguas, o Tupinambá ou Tupi Antigo (falado em toda a costa do Brasil quando da chegada dos portugueses aqui), o Guarani Antigo e o Kiriri, dispomos de documentos dos séculos XVI e XVII. O descendente direto do Tupinambá - Nheengatú ou Língua Geral do Amazonas - ainda existe, embora de forma muito alterada. O Guarani atual inclui três dialetos (línguas?) distintos: Mbyá, Kaiwá e Nhandéva. O Kiriri é língua extinta e seus últimos descendentes, no norte da Bahia, só falam português.

No mundo, o grupo de línguas mais intensamente documentado e conhecido é o assim chamado tronco Indo-europeu, subdividido em várias famílias ou ramos, que se estendem por quase toda a Europa, parte da Ásia - particularmente o Irã e parte da Índia, além, desde a idade moderna, das Américas, Austrália e parte da África. O Indo-europeu é integrado pelas línguas índicas, irânicas, bálticas, eslavas, celtas, itálicas, anatólicas, germânicas, e inclui também línguas como o grego, o albanês, o armênio, o tocário. Aí está o nosso português atual, como descendente do latim (família itálica ou românica). Para algumas das línguas que o integram dispõe-se de documentação antiga de dois, três, até cinco mil anos, época provável da existência da língua ancestral, o proto-indo-europeu.

Os estudos e conclusões sobre o Indo-europeu podem constituir, então, por comparação, fonte indireta para o estabelecimento de relações entre línguas que não dispõem de registros históricos recuados, como as brasileiras. Assim, “se as línguas de uma família apresentam, mais ou menos, a semelhança que existe entre as línguas da família românica da Europa (francês, espanhol, português, italiano, romeno, etc), pode-se supor que tenham começado a se diferenciar há uns dois ou três mil anos. É o caso, por exemplo, do núcleo da família Tupi-Guarani (Guarani, Kokama, Oiampi, Tapirapé, Tenetehara, etc)” (Urban, 1992:89). De qualquer forma, um horizonte mais recuado não pode ser visualizado claramente muito além de 4 a 6 mil anos, para qualquer grupo de línguas.

Com os dados disponíveis até agora, já se podem fazer algumas afirmações seguras sobre as línguas indígenas brasileiras e suas relações de parentesco. Mas é tanto o que ainda se necessita saber, que seria “mais adequado falar em graus relativos de incerteza do que de certeza” (Urban, 1992:87).

Quatro são os grupos maiores de línguas no Brasil, com distribuição geográfica extensa e com vários membros: Tupi, Macro-Jê, Aruak e Karib. Há depois várias famílias menores, com menor número de línguas, distribuídas mais compactamente. E finalmente, há as chamadas línguas isoladas, que não revelam parentesco com nenhuma das outras e que poderiam alternativamente ser consideradas famílias de um só membro.

O Tronco Tupi é integrado por uma numerosa família, a Tupi-Guarani, com representantes em grande extensão da América do Sul (além do Brasil, ainda a Guiana Francesa, Venezuela, Colômbia, Peru, Bolívia, Paraguai e Argentina), e, só no Brasil, com 21 línguas vivas atualmente. Outras seis famílias menores e algumas línguas isoladas (ou famílias de um só membro), todas faladas somente no Brasil, se relacionam geneticamente com a família Tupi-Guarani. Quatro dessas famílias se concentram exclusivamente em Rondônia: Arikém, Mondé, Ramaráma e Tuparí. A família Mundurukú está hoje restrita a alguns



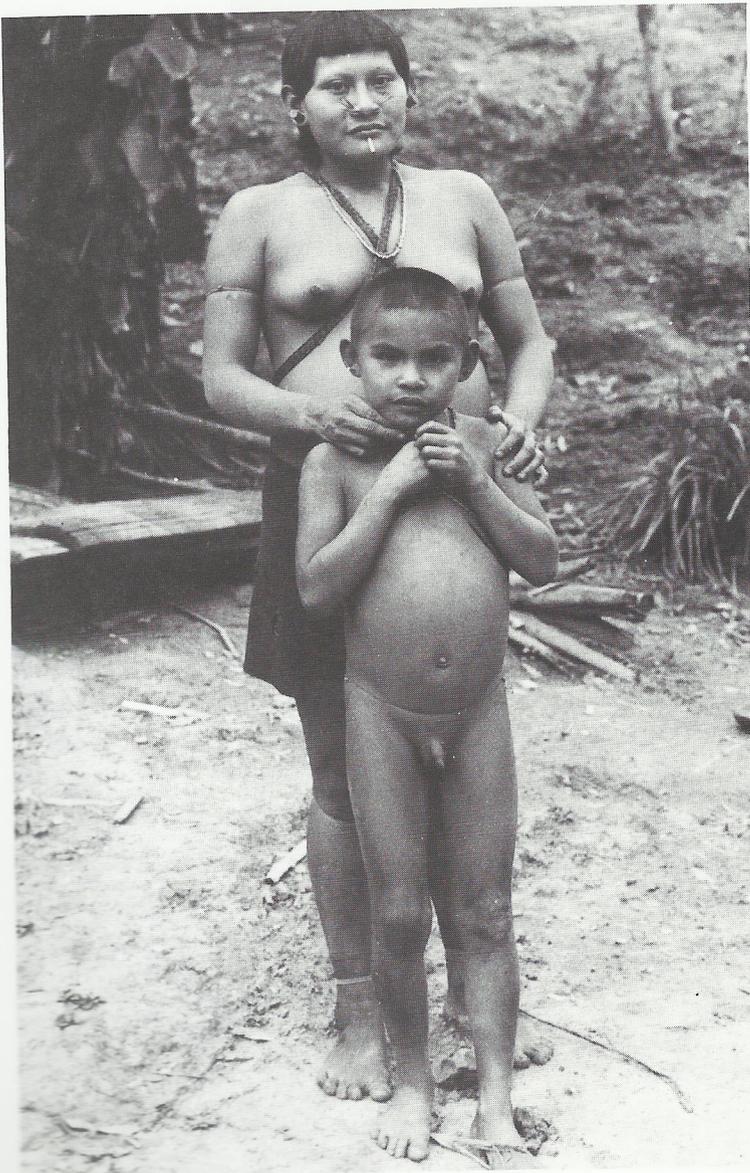
Falantes de línguas da família Tupi-Guarani se distribuíram por vários países da América do Sul como Colômbia, Peru, Bolívia, Paraguai e outros. No Brasil são faladas atualmente 21 línguas desta família. Índios Waiãpi falantes de uma língua da família Tupi-Guarani. Foto Dominique Gallois.



A família Tukano divide-se em dois ramos principais: oriental e ocidental. No Brasil só há representantes do lado oriental, sendo atualmente faladas 12 línguas dessa família. Índios Tukano. Foto Aloisio Cabalzar.

afluentes do Tapajós e do Madeira, e a família Juruna, hoje limitada a uma única língua, é falada no alto Xingu. A língua Aweti, no alto Xingu, a língua Sateré (ou Mawé), entre o baixo Tapajós, o baixo Madeira e o Amazonas, e o Puruborá, em Rondônia, não se relacionam diretamente com nenhuma delas, mas são inequivocamente membros do tronco Tupi. Segundo Urban, “a área geral de dispersão dos povos Macro-Tupi, que teria ocorrido entre 3 e 5 mil anos atrás, situa-se provavelmente entre o Madeira e o Xingu, ao que tudo indica mais próximo das áreas de cabeceira do que das várzeas dos grandes rios” (1992:92).

A família Pano tem representantes no Brasil, na Bolívia e no Peru. Inclui entre outras a língua Matis (Matsés), falada pela mulher e pelo menino. Foto Isacc Amorim Filho/CIMI.



Para as línguas do tronco Macro-Jê, são muito menos seguras as evidências de que se dispõe para o estabelecimento de relações de parentesco. Pode-se destacar dentro dele, como grupo mais importante e coeso, a família Jê, que inclui línguas faladas desde o sul do Maranhão e do Pará passando pelos estados de Goiás e Mato Grosso, até o Mato Grosso do Sul, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A família Jê se subdivide em quatro grupos (com várias línguas em cada um): Timbira, Kayapó, Akwén e Kaingâng. Sobre a filiação de outras famílias ao tronco Macro-Jê, seria mais adequado falar em indícios que em evidências, já que “a própria constituição do tronco Macro-Jê é altamente hipotética ainda” (Rodrigues, 1986:49). Se algumas das línguas que as integram ainda são faladas, outras muitas deixaram de sê-lo, e só se dispõe sobre elas de dados históricos em geral precários, como é o caso de todas as línguas da família Kamakã, que eram faladas na Bahia e no Espírito Santo até o final do século passado. Feitas essas ressalvas, pode-se falar num grupo de famílias a leste da família Jê - Famílias Puri ou Coroado, Botoçudo, Maxakalí, Kamakã e Kariri, mais as línguas Masakarã e Yatê ou Fulniô - e num outro grupo a oeste dela, formado pela família Bororo e pelas línguas Ofayé, Guató e Rikbaktsa. Há ainda a família Karajá, no Araguaia, com três línguas.

Rodrigues (1985) avança indícios para a hipótese de ligação genética mais distante entre o Macro-Tupi e o Macro-Jê, mas Urban considera que “atribuir à conexão uma profundidade cronológica mínima (digamos de 5 a 7 mil anos) acrescenta pouco à nossa compreensão, e apenas indica nossa incerteza” (1992:93).

O terceiro grande grupo de línguas brasileiras apresenta afinidades tão grandes entre seus membros que Rodrigues considera mais adequado chamá-lo de família, em vez de tronco. Trata-se da família Karib, cujas línguas integrantes se distribuem mais concentradamente na grande região guianesa (Guiana Francesa, Suriname e Guiana, além da Guiana Venezuelana e da Guiana Brasileira no norte do Amazonas e em Roraima). No Brasil, onde são fala-

das 21 línguas Karib, o maior número delas se encontra ao norte do rio Amazonas, no Amapá, norte do Pará, Roraima e Amazonas, mas há algumas também mais ao sul, principalmente ao longo do rio Xingu, no Pará e no Mato Grosso. Integram a família Karib, ao norte do Amazonas, nos estados de Roraima, Amapá, Pará e Amazonas, as línguas Apalaí, Waimiri (Atroari), Galibi, Hixkaryána, Ingarikó, Kaxuyána, Makuxí, Jayongóng (Makiritáre), Taulipáng, Tirió, Waiwái, Warikyána, Wayána. Ao sul do Amazonas, temos o Arára, no Pará, e todas as demais no Mato Grosso: Bakairí (Kúra), Kalapálo, Kuikúru, Matipú, Nahukwá e Txicão.

Também para as línguas Karib, Rodrigues (1985) apresenta algumas evidências de ligação genética com o Tupi. Isso poderia então significar que houve um ancestral remoto comum para os três maiores grupos de línguas do Brasil: Karib, Tupi e Jê.

Até pouco tempo atrás, considerava-se como certa a existência de um tronco Aruák ou Arawák, integrado pelas famílias Aruák e Arawá, com várias línguas como membros. Rodrigues (1986) fala prudentemente, à luz de dados mais recentes, em família Aruák e em família Arawá, sem relacioná-las geneticamente, pelo menos por ora.

As línguas da família Aruák, que são faladas no Brasil e também na Bolívia, Peru, Equador e Venezuela, se distribuem, no Brasil, desde a região guianesa até o oeste do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Entre essas línguas contam-se o Baníwa do Içana (um dos principais afluentes do Rio Negro, no extremo norte do Amazonas), com um grande número de dialetos; o Warekéna; o Tariána; o Baré; o Wapixána (em Roraima); o Palikúr (no Amapá); o Apurinã, o Píro e o Kámpa (no Acre); o Paresi e o Salumã, na região dos formadores do Juruena (Mato Grosso); o Mehináku, o Waurá e o Yawalapíti (no alto Xingu); e o Teréna, que é a língua aruák localizada mais ao sul (Mato Grosso do Sul). Segundo Urban, a família Aruák (ou Maipure, como ele prefere chamar) teria uma profundidade cronológica de cerca de 3 mil anos. Não há consenso na literatura sobre sua

origem geográfica, embora esteja claro que em geral seus membros se distribuem mais a oeste que os Tupi, Jê e Karib. Por outro lado, "partindo da regra de que a área geográfica que contém a maior diversidade linguística é provavelmente a zona de origem, a área peruana (centro-norte) se apresenta como o possível local de dispersão" da família Aruák (Maipure) (Urban, 1992:95).

A família Arawá conta hoje com apenas quatro representantes, muito semelhantes entre si, nos estados do Amazonas e do Acre, pelos rios Juruá, Jutai e Purus e seus afluentes: as línguas Kulína, Dení, Yamamadí e Paumarí.

As famílias linguísticas menores, referidas anteriormente, em geral apresentam distribuição geográfica mais homogênea, e têm provavelmente menor profundidade cronológica, com menos de 3 mil anos de separação.

A família Guaikurú tem um único representante no Brasil, o Kadiwéu, na Serra da Bodoquena, Mato Grosso do Sul. As outras línguas dessa família são faladas por povos do Chaco argentino e paraguaio.

A família Nambikwára, falada unicamente em território brasileiro, no noroeste do Mato Grosso e no sudeste de Rondônia, é integrada por três línguas com vários dialetos: o Sabanê, o Nambikwára do Norte e o Nambikwára do Sul.

A família Txapakúra, pouco conhecida, é integrada pelas línguas faladas pelos Pakaanóva, Urupá e Torá, no oeste de Rondônia e sul do Amazonas (e também pela língua dos Moré na Bolívia).

A família Pano, maior que as demais, tem representantes também na Bolívia e no Peru. No Brasil apresenta concentração maior no sul e oeste do Acre, mas também se estende por Rondônia e pelo Amazonas. Inclui as línguas Karipúna, Kaxarari, Yamináwa, Kaxinawá, Amawáka, Poyanáwa, Shanindáwa (Arára), Katukína, Nukui-ni, Marúbo, Mayorúna, Matis (Matsés).

A família Múra apresenta apenas duas línguas remanescentes, faladas pelos Múra e pelos Pirahã, na margem direita do rio Madeira, entre o Manicoré e o Maici, no Amazonas.

A família Katukína é integrada pelas

TRONCO	FAMÍLIA	LÍNGUA	DIALETO	
Tupi	Tupi Guarani	Akwáwa	Asuriní do Tocantins (A. do Trocará, Akwáwa) Surui do Tocantins (Mudjetire) Parakaná	
		Amanayé		
		Anambé (Turiwára?)		
		Apiaká		
		Araweté		
		Asuriní do Xingu (A. do Coatinema, Awaeté)		
		Avá (Canoeiro)		
		Guajá		
		Guarani	Kaiwá (Kayová) Mbiá (Mbúá; Mbyá, Guarani) Nhandéva (Txiripá, Guarani)	
		Kamayurá		
		Kayabi		
		Kokáma		
		Língua Geral Amazônica (Nheengatú, Tupí Moderno)		
		Omágua (Kambéba)		
	Parintintín	Diahói Júma Parintintín (Kagwahív) Tenharín		
	Tapirapé			
	Tenetehára	Guajajára Tembé		
	Uruewauwáu			
	Urubú (Urubú-Kaapór)			
	Wayampí (Oyampí)			
	Xetá			
	Arikém	Karitiána		
	Jurúna	Juruna (Yuruna)		
Mondé	Aruá Cinta-Larga Gavião (Ikārã, Digüt) Mekém Mondé (Sanamaikã, Salamã) Surui (Paitér) Zoró			
Mundurukú	Kuruáya Mundurukú			
Ramaráma	Arára (Urukú, Karo) Itogapúk (Ntogapid)			
Tupari	Makuráp Tupari Wayoró (Ajurú)			
	Aweti			
	Puruborá			
	Mawé (Sateré)			

TRONCO

FAMÍLIA

LÍNGUA

DIALETO

Macro-Jê

Jê

Akwén

Xakriabá
Xavante
Xerente

Apinayé

Kaingang

Kayapó

Gorotire
Kararaô
Kokraimôro
Kubenkrangnoti
Menkrangnoti
Tapayúna (?)
Txukahamãe (Mentuktire)
Xikrin (Xikri)

Kren-akarôre

Suyá

Canela Apâniekra
Canela Rramkókamekra
Gavião do Pará (Parakáteye)
Gavião do Maranhão (Pukubyé)
Krahô
Kreyé (Krenjé)
Krikati (Krinkati)

Timbira

Xakléng (Aweikoma)

Bororo

Bororo

Umutina

Botocudo

Krenak

Karajá

Javaé

Karajá

Xambioá

Maxakalí

Maxakalí

Pataxó

Pataxó Hähähãe

Guató

Ofayé

Rikbaktsa

Yatê

TRONCO	FAMÍLIA	LÍNGUA	DIALETO
	Karib	Apalai	
		Atroarí	
		Galibí do Oiapoque	
		Hixkaryána	
		Ingarikó	
		Kaxuyána	
		Makuxí	
		Mayongóng	
		Taulipáng	
		Tiriyó	
		Waimirí	
		Waiwái	
		Warikyána	
		Wayána	
		Arára do Pará	
		Bakairí	
		Kalapálo	
	Kuikúru		
	Matipú		
	Nahukwá		
	Txikão		
	Aruák	Apurinã	
		Baniwa do Içana	
		Baré	
		Kámpa	
		Mandawáka	
		Mehináku	
		Palikúr	
		Paresí	
		Piro	Maniteneri Maxineri
		Salumã (Enawenê-nawê)	
		Tariána	Yurupari-tapúya
		Teréna	
		Wapixána	
	Warakéna		
	Waurá		
	Yabaána		
Yawalapití			
Arawá	Banavá-Jafí		
	Dení		
	Jarawára		
	Kanamantí		
	Kulína		
	Paumarí		
Yamamadí			
Katukina	Kanamarí		
	Txunhuã-djapá		
	Katukina do Biá/Jutaí		
Katawixí (?)			
Múra	Múra		
	Pirahã		
Guaikuru	Kadiwéu		

TRONCO	FAMÍLIA	LÍNGUA	DIALETO	
	Pano	Amawáka		
		Karipúna		
		Katukína do Acre		
		Kaxarari		
		Kaxináwa		
		Marúbo		
		Matis (Matsés)		
		Mayá		
		Mayoruna		
		Nukuíni		
		Poyanáwa		
	Yamináwa			
	Yawanáwa			
	Txapakúra	Pakaanóva		
		Torá		
		Urupá		
	Nambikwara	Nambikwára do Norte		Tawandê
				Lakondê
				Latundê
				Mamaíndê
				Nagarotú
		Nambikwára do Sul		Munduka
				Gálera
				Kabixi
				Nambikwára do Campo
	Tukano	Sabanê		
		Barasána		
		Desana		
Juriti				
Karapanã				
Kubéwa				
Pirá-tapúya				
Suriána				
Tukáno				
Tuyúka				
Wanána				
Yebá-masã				
Yanomami	Ninám			
	Sanumá			
	Yanomám			
	Yanomámi			
Maku	Bará			
	Guaríba			
	Húpda			
	Kamã			
	Nadeb			
	Yahúp			
	Aikanã			
Arikapú				
Awakê				
Irántxe				
Jabuti				
Kanoê				
Koiá				
Máku				
Trumái				
Tukúna				

línguas faladas - no sudoeste do Amazonas, nos altos rios Juruá, Jutá e Javari - pelos Katukina do rio Biá, pelos Txunhuã-djapá e pelos Kanamarí.

A família Tukáno apresenta dois ramos principais, ambos ao norte do rio Amazonas: o Tukáno Ocidental, com línguas faladas no Peru, Equador e Colômbia, sem representantes no Brasil; e o Tukáno Oriental, com ramificações que vão desde a Colômbia até o Brasil. No Brasil, há pelo menos doze línguas dessa família, no Uaupés e em seus afluentes Tiquié e Papuri. Elas são todas muito próximas entre si, e incluem: Tukáno, Barasána, Yebamasã, Wanána, Desána e Kubéba, entre outras.

A família Makú (ou Puinave) inclui línguas faladas entre os rios Uaupés, Negro e Japurá, chegando até a Colômbia. Foram identificados pelo menos seis grupos de índios Makú no Brasil: Bará, Húpda, Yahúp, Nadêb, Káma e Guaríba (Wariva).

A família Yanomámi (antigamente chamada de Xirianá ou de Waiká) é composta por quatro línguas faladas no Brasil e na Venezuela, mutuamente ininteligíveis mas muito próximas entre si, todas com vários dialetos: Ninám ou Yanám, Sanumá, Yamomámi (a maior das quatro) e Yanomám ou Yainomá.

Como se pode ver, todas as famílias menores tendem a se localizar na periferia da bacia amazônica, e não em seu curso principal. Mas são necessários estudos mais aprofundados para se poder estabelecer mais seguramente há quanto tempo estariam em suas regiões atuais.

As línguas isoladas, todas com reduzido número de falantes, à exceção do Tikuna, falado por mais de 20 mil pessoas, "são muito importantes para se compreenderem as fases mais antigas da história da cultura - datas além do alcance da técnica comparativa, ou seja, anteriores a 4000-5000 a.C. (Urban, 1992:99). Isso é possível se se estender para as línguas isoladas o princípio básico utilizado para determinar o ponto de dispersão de uma família lingüística, que seria a área geográfica onde estão concentrados os seus membros mais divergentes. Então, no caso das línguas isoladas, as áreas em que se encontrassem suas maiores concentrações seriam

provavelmente focos de dispersões muito antigas. Analisando a distribuição das línguas isoladas e famílias muito pequenas na América do Sul, Urban considera que se podem propor três focos prováveis de antiga dispersão: "1) a área do Nordeste brasileiro onde, infelizmente, todas as línguas em questão estão extintas; 2) o planalto a oeste do Brasil e na vizinha Bolívia, em torno da chapada dos Parecis e da serra dos Pacás-Novas; e 3) norte do Peru e Equador" (1992:99).

Quantas e quais são as línguas isoladas ainda faladas no Brasil?

Em número de dez, são as seguintes: Aikaná (conhecida também como Tubarão, Huarí, Masaká, Kasupá, Mundé, Corumbiara), falada por menos de 100 pessoas no sudeste de Rondônia; Koaiá (Arara), cujos últimos falantes vivem entre os Aikaná; Kanoê (Kapixaná), com seus últimos falantes espalhados em diversas partes de Rondônia; Jabuti, cujos poucos falantes vivem com os Makuráp (Tupi) no Guaporé (RO); Arikapú, com 14 falantes (em 1968, quando foram encontrados), provavelmente uma variedade do Jabuti; Mky, com cerca de 200 falantes e duas formas dialetais em duas aldeias distintas, Irânxe (Aldeia Cravari) e Mky (Aldeia Escondido), no noroeste do Mato Grosso; Trumái, no alto Xingu, com cerca de 50 falantes; Awakê, menos de 20 falantes, no alto Uaricaá, em Roraima; Máku, também em Roraima, não se sabendo ao certo se ainda existem falantes dela; finalmente o Tikúna, paradoxalmente o mais numeroso povo indígena no Brasil, falado no Solimões (Amazonas) por mais de 20.000 pessoas. Infelizmente, poucas dessas línguas têm sido objeto de pesquisa até agora.

Segundo Rodrigues (1986:95), "a mesma importância crítica das línguas isoladas como exemplares únicos de organização lingüística e cognitiva têm também as línguas que, embora mostrem indícios de filiarem-se a um grande tronco, como o Tupi e o Macro-Jê, não se relacionam diretamente a nenhuma das famílias constituintes do tronco". Estão nessa situação o Guató (Macro-Jê), com pouquíssimos falantes (a maioria fala só o português), no alto Uruguai; o Rikbaktsa e o Karajá, no

Mato Grosso, também isoladas dentro do Macro-Jê, assim como o Krenák (ou Botocudo de Minas Gerais e Espírito Santo). Em relação ao Tronco Tupi, a situação mais isolada é a da língua Puruborá, da qual não se sabe se ainda existe algum remanescente, na Rondônia. Tem-se, além disso, as línguas que se tornaram únicas representantes de famílias historicamente conhecidas, como é o caso do Juruna (Família Juruna) no Xingu, e do Karitiána (Família Arí-kém), em Rondônia.

Relações que estabelecem uma origem comum para duas ou mais línguas são chamadas, como apontamos no começo do trabalho, de relações genéticas ou de parentesco. Mas há outras formas de relacionamento histórico entre línguas não parentes, expressas claramente no seu léxico, através do que é convencionalmente chamado de empréstimos lingüísticos. Assim, o estudo dos empréstimos entre línguas indígenas, que ainda precisa ser mais intensamente desenvolvido no Brasil, pode constituir fonte importante para o conhecimento da história e pré-história do território brasileiro. De qualquer forma, os dados existentes atualmente já permitem verificar, segundo Urban (1992:102), “situações de intenso contato, multilingüismo, línguas de comércio etc., para uma região que vai do extremo oeste da bacia Amazônica para o norte e em seguida para o leste, cruzando toda a América do Sul ao norte do Amazonas”, ao contrário do centro e do oeste do Brasil, onde parece mais provável ter correspondido a cada povo uma língua e cultura distintas.

Em forma muito resumida e simplificada isso é o que se pode dizer sobre o passado e sobre a distribuição atual das línguas indígenas brasileiras contemporâneas, a partir do que sobre elas se conhece hoje. Mas dissemos, no início, que o conhecimento do presente também permitiria “planejar ações visando melhorar a vida e tornar mais felizes as pessoas que habitam o atual presente”. Em que, pois, o conhecimento das línguas indígenas, hoje, pode contribuir para melhorar a vida de brasileiros? E em primeiro lugar, de quais brasileiros? Dos índios e dos não índios?

É indubitável, à primeira vista, que dois

grupos de pessoas são diretamente afetados, embora de maneiras diferentes, por tal questão: os povos indígenas falantes dessas línguas e os pesquisadores (lingüistas e antropólogos, basicamente) que as investigam. A estes, a questão interessa de uma forma indireta e de outra mais direta: indireta na medida em que lhes garante espaço de trabalho e lhes permite contribuir com seus estudos para o conhecimento científico da realidade; é direta na medida em que eles estejam inseridos solidariamente nas lutas sociais das minorias étnicas. Quanto aos povos indígenas, o maior conhecimento sobre a própria história e sobre o presente, propiciado pelo conhecimento sistemático de suas línguas, pode contribuir poderosamente para a afirmação e valorização de sua identidade étnica, num Estado prurilingüe e pluricultural como o Brasil.

E o que começa a ocorrer, de forma ainda incipiente, por impulso das iniciativas indígenas e das organizações que os apóiam (que congregam, como assessores e consultores, pesquisadores e professores das universidades e centros de pesquisa) e pela exigência cada vez mais insistente das nações indígenas no sentido de que sejam criados e implementados processos de educação escolarizada em suas áreas, em escolas “indígenas” e não “para indígenas”.

Nesse contexto, o conhecimento sistemático de suas línguas, por parte dos índios, é crucial, pois para haver escolas ver-



Dois brinquedos com 24 palavras nas diferentes línguas indígenas foram apresentados na exposição Índios no Brasil. Foto Luís Grupioni.

dadeiramente indígenas é necessário que haja professores indígenas bilíngues em número suficiente, e que sua formação seja especializada, na medida em que eles têm de ser, necessariamente, os intermediários entre duas culturas e duas línguas - a materna, vernacular, e a mais abrangente, veicular, oficial, do Estado brasileiro.

Mas isso, por sua vez, requer que as línguas indígenas se tornem línguas escritas plenas (nenhuma língua brasileira tem tradição escrita), para o que é necessário ter, além de alfabeto e ortografia próprios propiciados pela análise fonológica, tam-

bém estudos morfológicos, sintáticos, semânticos, e ainda a normalização e normatização das línguas e dialetos de um mesmo grupo, bem como a atualização léxico-semântica dos sistemas lexicais envolvidos. Ou seja, necessita-se, urgentemente, de pesquisadores indígenas. A experiência de outros países com forte presença de populações indígenas aponta para a possibilidade real de formação, em número cada vez maior, de lingüistas e antropólogos indígenas. É o que se espera possa acontecer em breve também no Brasil.

Bibliografia

Rodrigues, Aryon Dall'Igna - 1985 - "Evidence for Tupi-Karib relationships" in Klein, H.E.M. e Stark, L.R. (orgs.) - **South American Indian Languages: retrospect and prospect**, Austin, University of Texas Press, págs. 371-404.

1986 - **Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas**, São Paulo, Loyola.

Urban, Greg - 1992 - "A história da cultura brasileira segundo as línguas nativas" in Cunha, Manuela Carneiro da(org.) - **História dos Índios no Brasil**, São Paulo, Cia. das LetrasFapespSMC, págs. 87-102.
